



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RODRIGO BEZERRA NUNES

CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DA
PRAINHA DO CANTO VERDE, CE

FORTALEZA

2014

RODRIGO BEZERRA NUNES

CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DA
PRAINHA DO CANTO VERDE, CE

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado, Curso de
Ciências Econômicas do Departamento de
Teoria Econômica da Universidade Federal do
Ceará como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof^ª. Mônica Alves Amorim

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

-
- N928c Nunes, Rodrigo Bezerra.
Capital social e desenvolvimento local: a experiência da Prainha do Canto Verde / Rodrigo Bezerra
Nunes. – 2014.
49 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas,
Fortaleza, 2014.
- Orientação: Profa. Dra. Mônica Alves Amorim.
1. Capital social. 2. Desenvolvimento econômico. I. Título.

CDD 330

RODRIGO BEZERRA NUNES

CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DA
PRAINHA DO CANTO VERDE, CE

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas do Departamento de Teoria
Econômica, da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Mônica Alves Amorim
DTE-FEAAC-UFC
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado
DTE-FEAAC-UFC
Membro

Prof. Phd. Francisco Correia de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará
Membro

Aos meus pais, Cleudo e Elvina, ao meu irmão,
Paulo, e a todos da minha família.

AGRADECIMENTOS

Quatro anos se passaram e muitos desafios foram superados. Hoje, comemoro mais esta vitória, mas, sozinho, não teria conseguido. Aproveito a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que me ajudaram e me apoiaram de alguma forma na execução desta monografia e ao longo da minha vida acadêmica.

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, a capacitação concedida, sem a qual não poderia ter sido realizado o presente trabalho.

A Professora Mônica Alves Amorim, pelo incentivo, paciência e apoio durante a realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria se concretizado.

Aos meus pais, Cleudo e Elvina, e ao meu irmão, Paulo, por sempre acreditarem em mim e nunca me deixarem desistir. Pelo imenso amor e por estarem presentes em cada etapa de minha vida, indicando os melhores caminhos e apoiando minhas decisões.

À todos da minha família, tios, tias, avós, avôs e primos que sempre me apoiaram e deram força para eu concluir esta etapa da minha vida da melhor maneira.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas, pelo convívio e ensinamentos que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia. Em especial aos professores Ronaldo Arraes, Henrique Félix, Marcello Callado, Paulo Neto e Fernando Pires.

A todas as amigas feitas ao longo desses quatro anos de Faculdade, com quem eu tive o enorme prazer de conviver e compartilhar experiências. Em especial a Robson Andrade, Júcelio Gomes, Heitor Bezerra, Raduan Melo, Raiza Mota, Luana Holanda, Gabriela Alves, Victor Nascimento, Victor Tajra, André Oliveira, Thalys Marrom, Anderson Cruz, Felipe Barreto, Filipe Rabelo, Augusta Henz e Leonardo Gadelha.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração deste trabalho e se fizeram presentes no decorrer da minha graduação.

“Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos apenas como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento.”

(Amartya Sen)

RESUMO

A busca por explicações sobre a relação das conexões sociais com o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma região trouxe o conceito de Capital Social a tona. O objetivo do presente trabalho é mostrar como a evolução de Capital Social presente na Prainha do Canto Verde funciona como catalisador de seu Desenvolvimento Econômico e Social. Como surgiu e evoluiu o estoque de capital social na região. O Desenvolvimento Local é abordado aqui através do prisma das potencialidades e peculiaridades características de cada região. O desenvolvimento deste estudo se deu principalmente por pesquisa bibliográfica com revisão da literatura já existente sobre Capital Social e Desenvolvimento Local, bem como através de pesquisa de campo para se captar percepções sobre a Prainha do Canto Verde. Os resultados demonstram que, a partir da evolução do Capital Social presente na comunidade, houve uma melhoria nos indicadores nas condições econômicas e sociais dos moradores devido principalmente aos projetos de interesse comum de todos desenvolvidos na Prainha. O Capital Social consegue então contribuir para o desenvolvimento local da Prainha do Canto Verde de acordo com a ótica abordada ao longo de todo o estudo aqui realizado.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Local. Prainha do Canto Verde.

ABSTRACT

The search for explanations of the relationship of social connections with the economic, social and cultural development of the region brought the concept of Social Capital to the fore. The objective of this work is to show how the evolution of Social Capital in Prainha do Canto Verde works as a catalyst for its Economic and Social Development. Emerged and evolved as the stock of capital in the region. The Local Development is discussed here through the prism of the potential characteristics and peculiarities of each region. The development of this study was primarily a literature search and review the existing literature on Social Capital and Local Development, as well as through field research to capture perceptions of the Prainha do Canto Verde. The results show that, from the evolution of the Social Capital present in the community, there was an improvement in indicators in the economic and social conditions of the habitants, mainly due to projects of common interest of all developed in Prainha. The Social Capital can then contribute to local development of Canto Verde according to optical addressed throughout the study here.

Key-words: Social Capital. Local Development. Prainha do Canto Verde.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese de algumas definições de capital social.....	19
Quadro 2: Cronologia da história da Prainha do Canto Verde (1860 – 2010).....	28

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Indicações sobre o acesso à Prainha do Canto Verde.....	27
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AIMPCV	Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
COOPECANTUR	Cooperativa de Turismo da Prainha do Verde
ICMCBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RESEX	Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	19
2.1 Capital Social.....	19
<i>2.1.1 Cooperação, Civismo, Confiança e Bem Estar Coletivo</i>	<i>21</i>
2.2 Desenvolvimento	22
<i>2.2.1 Contextualização.....</i>	<i>22</i>
<i>2.2.2 Desenvolvimento Local.....</i>	<i>24</i>
<i>2.2.3 Protagonismo comunitário</i>	<i>25</i>
3 A COMUNIDADE DA PRAINHA DO CANTO VERDE.....	28
3.1 Breve histórico.....	28
3.2 A luta pela terra	32
3.3 Organização da comunidade.....	33
3.4 Capital Social na Prainha do Canto Verde.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado e capitalista contemporâneo, nos deparamos com uma contínua mudança de cenário na vida das pessoas quando falamos de desemprego, taxa de crescimento, desigualdade social, mercado de trabalho e outras questões.

Como resultado dessa contínua mudança de quadro, podemos perceber que há uma grande disparidade entre o desenvolvimento das nações, existência de desequilíbrios regionais e aumento da distância de renda entre os países mais pobres e os mais ricos no mundo. Nesse contexto, temas surgem como soluções alternativas para essas questões ligadas ao desenvolvimento dessas nações, como o próprio desenvolvimento local, o cooperativismo e o associativismo (GONDIM, 2007).

Por muito tempo a concepção de desenvolvimento foi diretamente atrelada a uma elevação dos níveis de atividade econômica, ou seja, ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Porém, assim como o capital social, que tem na sua composição elementos que complementam a visão de desenvolvimento outrora debatida, existem aspectos outros, como educação, segurança, saúde, associativismo, cooperação, confiança, que são tão importantes quanto os aspectos econômicos que também fazem parte da composição do processo de desenvolvimento de uma região e não são considerados no cálculo do PIB (FRANCO, 2004).

Nesse contexto, para alguns estudiosos do tema, como Franco (2004), uma elevação no nível do Produto Interno Bruto (PIB) continua a ser um indicador importante, mas passou a não ser mais suficiente para definir ou dimensionar o nível de desenvolvimento de uma comunidade, região ou nação (MILANI, 2005).

Devido a necessidade de complementação ao crescimento econômico desses aspectos outros supracitados, passamos a compreender que o desenvolvimento deve ser interpretado como um processo multidimensional, que envolve aspectos econômicos, sociais e culturais (MILANI, 2005).

Vimos que o desenvolvimento local é um dos temas que vêm à tona com as problemáticas sociais advindas das mudanças no quadro mundial por consequência do processo de globalização e a lógica capitalista. Dessas mudanças, duas deram origem a utilização da expressão desenvolvimento local: a primeira ligada a uma ação local como uma estratégia defensiva em relação aos ataques dos processos excludentes do desenvolvimento, seja via

instituições públicas ou privadas, seja por organismos multilaterais como as ONG's (Organizações Não Governamentais). A segunda mudança está relacionada a uma democratização da administração, ou seja, uma descentralização nas decisões tomadas e que regem o destino de uma localidade, juntamente com a participação popular, tornando os habitantes locais protagonistas nesse processo (GONDIM, 2007).

Nota-se que essas mudanças supracitadas, com o passar do tempo, evidenciam a importância da ação e participação sociais nos processos de transformação da realidade de uma localidade, compreendida “como um sistema de interdependências que as estratégias de atores individuais e coletivos contribuem para organizar e valorizar” (FERRAZ, 2001, p.1).

Na estrutura do desenvolvimento local, devemos relativizar o papel dos participantes de uma comunidade na movimentação de recursos e na consecução de projetos que sejam geridos e desenvolvidos por eles. Portanto, a participação popular aparece como peça fundamental para o desenvolvimento local e, nesse contexto, surge também o capital social que tem no seu conceito a capacidade dos indivíduos de se associarem, se organizarem, trabalharem em conjunto buscando a realização de objetivos comuns de determinada comunidade (FUKUYAMA, 1996).

Dessa forma, percebe-se que cada localidade tem suas próprias características e por isso gera sua própria demanda. As políticas públicas e os projetos de desenvolvimento local exigem medidas particulares e apropriadas por parte dos indivíduos que operam nesta localidade. Milani (2005) considera que o desenvolvimento local é derivado das relações interdependentes entre as esferas que compõe a sociedade – política, econômica, ambiental, cultural, sociedade civil – e o avalia como produto de relações de cooperação, reciprocidade, confiança e conflito entre os indivíduos.

Mediante essa compreensão sobre o desenvolvimento local, faz-se a conexão para analisar o capital social e sua função de ponderar os elementos relacionados ao desenvolvimento.

A importância da atuação da sociedade no desenvolvimento econômico de um país, região ou comunidade é um tema que vem sendo abordado desde o século XIX. Porém, a utilização do termo capital social, com o viés de ajuda mútua entre os membros de uma comunidade por razões sociais, de lazer ou econômicas, somente veio ser praticada por

sociólogos na segunda metade do século XX. Bourdieu (1980) e Coleman (1990) trouxeram a tona o conceito de capital social como elemento fundamental na conexão das relações sociais e o desenvolvimento econômico.

Na área da Ciência Econômica, o termo se notabilizou, principalmente, através da obra: *“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”*, onde Putnam (1996) estabelece que o grau de capital social é determinado através do processo histórico-cultural de formação de uma determinada comunidade cívica. O autor defende que altos níveis de capital social indicam um alto grau de desenvolvimento (PUTNAM, 1996).

O capital social pode ser robustecido, movimentado, sustentado e renovado através de ações originadas do protagonismo comunitário, assimilado como a aptidão dos indivíduos referentes a uma mesma realidade social de contribuir ativamente, participando de redes de cooperação entre atores / agentes, na promoção do desenvolvimento local (GONDIM, 2007).

Através da revisão de literatura sobre capital social e desenvolvimento, o presente trabalho pretende discutir como o capital social, através da cooperação e confiança recíproca entre os protagonistas sociais da Prainha do Canto Verde, pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

No litoral cearense, distante 120 km da capital Fortaleza, com cerca de 1200 habitantes e uma área de aproximadamente 750 hectares, está localizada a Prainha do Canto Verde. Segundo relatos dos próprios habitantes, foi na metade do século XIX, com a chegada ao local da família do pescador Raimundo Canto Verde, após libertar-se da escravidão, que se registra o início de ocupação da área. E hoje os locais creem serem descendentes da família que deu nome ao lugar. Trata-se de uma comunidade que tem como principal atividade a pesca artesanal. A atividade pesqueira está associada a todos os hábitos e costumes das famílias dos pescadores (ALMEIDA, 2002).

Devido a problemas ocorridos na comunidade local, como a invasão imobiliária ocorrida nos anos 1970, com o ataque de Antonio Sales Magalhães, que em decisão da Justiça, teve direito a posse de parte das terras, onde hoje está localizada a comunidade da Prainha, via usucapião¹ e as vendeu para a imobiliária Henrique Jorge, e a degradação ambiental ocorrida

¹Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por

pela falta de fiscalização e o desrespeito ao período do defeso² por parte dos barcos pesqueiros motorizados, os moradores da Prainha do Canto Verde resolveram se organizar, se associar no intuito de não só garantir seus direitos sobre a terra, como também desenvolver a localidade em todas as áreas para uma melhor convivência comunitária.

O resultado desta organização local iniciada pelos habitantes é a constituição da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, com a ajuda do CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, em abril de 1989, com o objetivo e a função de não só representar a comunidade e resolver as questões problemáticas supracitadas pertencentes a ela, como também a de promover a interação dos indivíduos dentro da comunidade. A Associação de Moradores é responsável pelo desenvolvimento de vários projetos comunitários propostos e vários já em andamento na comunidade, contemplando áreas de suma importância como saúde, educação, meio ambiente e turismo.

Para que os objetivos da comunidade fossem alcançados com êxito, vale salientar a importante participação das associações e organizações não governamentais (ONG's) como a Arquidiocese de Fortaleza, via o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, com papel fundamental não só quando da criação da Associação de Moradores como na luta e conquista da questão latifundiária experimentada pela comunidade, a Cooperativa de Turismo da Prainha do Verde (COOPECANTUR), o Instituto Terramar, uma organização não governamental com sede em Fortaleza, que dá apoio logístico aos pescadores; e a instituição denominada Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde composta por alemães e suíços que ajudam no planejamento estratégico, na comunicação e divulgação das ações turísticas sustentáveis, assim como na captação de recursos financeiros externos (GONDIM, 2007; SCHÄRER, 2005).

sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6969.htm>. Acesso em: 15jun. 2014.

² O defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes. Disponível em < <http://www.mpa.gov.br/pescampa/periodos-de-defeso/defeso-marinho>>. Acesso em: 15jun. 2014.

A pesquisa se insere no campo da análise qualitativa, de caráter descritivo, compreendendo a revisão de literatura acerca do tema, como também a coleta de dados estatísticos apurados nas pesquisas de campo.

Por se tratar de um estudo de caso, a metodologia inclui a coleta de dados secundários junto a instituições locais, como a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, bem como realização de pesquisas bibliográficas acerca do tema, a fim de dar corpo aos dados coletados a partir da percepção da comunidade local para o embasamento teórico.

O trabalho se dividirá em quatro capítulos. No capítulo 2 faz uma revisão de literatura abordando o “Capital Social”, abordando questões fundamentais como confiança e cooperação, inclusive sobre o seu papel no desenvolvimento socioeconômico de uma região. Na sequência do capítulo 2, a discussão trata do desenvolvimento local e protagonismo comunitário através de ações direcionadas e específicas à determinada localidade gerando desenvolvimento. O capítulo 3 apresenta a formação e evolução histórica da Prainha do Canto Verde, destacando sobretudo o capital social presente na região e suas implicações para o desenvolvimento. Na conclusão, o estudo aponta que o capital social, tendo como sustentação a participação social, na tomada de decisões e na elaboração de projeto, de fato funciona como um instrumento fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade.

2 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 Capital Social

A busca por explicações sobre a relação das conexões sociais com o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma região encontrou no conceito de capital social um forte aliado. Uma das várias definições de capital social apresenta-o como uma rede de relações que possuem uma gama de recursos disponíveis a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos (BOURDIEU, 1980).

O autor francês prega ainda que o indivíduo era quem detinha o capital social, e que o estoque de capital social, funcionando como recurso, está relacionado a rede de relacionamentos que esse indivíduo possui (BOURDIEU, 1980). Essa concepção diverge da visão que considera o capital social como ativo gerado através das relações sociais que utilizavam de maneira máxima e ótima os recursos econômicos e humanos, e portanto a relação, a estrutura, era que detinha capital social (COLEMAN, 1990). Outro ponto importante também destacado por Coleman (1990) era a questão da confiabilidade como peça fundamental na composição do capital social:

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa sociedade rural (...) onde o agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento. (COLEMAN, 1990, p. 302).

Apesar da diferença de pensamento quanto à alocação do capital social, se na estrutura ou no indivíduo, Bourdieu (1980) e Coleman (1990) partilham a mesma ideia quanto a manutenção do nível de capital social em uma comunidade, que esta ocorre através do contínuo relacionamento social ligado ao capital social.

Assim como Coleman (1990), Putnam (1996) identifica que o capital social surge como uma variável de uma estrutura social existente, e não algo que seja inerente a um indivíduo em particular que se beneficia desta variável. Um alto nível de desenvolvimento

social que advém de um cenário onde o equilíbrio social é atingido com cooperação, reciprocidade, civismo, confiança e bem estar coletivo, está diretamente relacionado a um alto nível de capital social, impactando positivamente na construção de uma comunidade organizada e cívica (PUTNAM, 1996).

Quadro 1: Síntese de algumas definições de capital social

Pierre Bourdieu	
Definição	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.
Variáveis	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.
Ênfase	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem.
Benefícios	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
Robert Putnam	
Definição	Refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.
Variáveis	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.
Ênfase	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.
Benefícios	Individuais e coletivos.
James Coleman	
Definição	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade (<i>entity</i>), mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.
Variáveis	Sistemas de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.
Ênfase	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (<i>social exchanges</i>) sociais seriam o somatório de interações individuais.
Benefícios	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social.

Fonte: Milani (2005) – adaptado pelo autor.

O capital social de uma região tem “(...) características de organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam,1996,p.177). Dessa forma, percebe-se que cooperação, civismo, confiança e bem estar coletivo são elementos que compõe a formação do estoque de capital social.

2.1.1 Cooperação, Civismo, Confiança e Bem Estar Coletivo

O estoque de capital social de determinada comunidade, do ponto de vista de sua organização social, é caracterizado por confiança, cooperação voluntária, normas e sistemas advindos de uma herança cívica absorvida por esta comunidade (PUTNAM, 1996).

Para Fukuyama (1996), a capacidade de se associar, se organizar, trabalhar em conjunto buscando a realização de objetivos comuns de determinada comunidade conceitua o capital social. Essa associação só é possível quando os interesses do grupo suplantam os interesses individuais. Para o autor, esse cenário existe quando a comunidade compartilha normas e valores que norteiam sua convivência cívica.

Corroborando a esse pensamento, Putnam (1996, p.177) afirma que:

A superação de dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

Assim como Fukuyama (1996), Putnam (1996) considera a confiança como peça chave para se compreender a dinâmica e o conceito de capital social. A relação entre capital social e desenvolvimento tem como pilar fundamental a confiança, a reciprocidade e a cooperação entre os indivíduos. Conforme Fukuyama (1996), o desempenho de uma nação e seu bem-estar estão condicionados a uma relação de confiança pertencente à sociedade.

Dessa forma, podemos perceber que o capital social funciona como uma marca própria de uma estrutura social existente, tendo em vista que ele é explicado através de relações sociais. Relações estas que se baseiam na confiança, na reciprocidade, na cooperação, gerando bem-estar coletivo e uma boa convivência cívica na comunidade.

A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos na Itália cívica. (PUTNAM, 1996, p. 180).

A “herança cívica”, citada no começo da sessão, é tida por Putnam (1996) como um fator condicionante do desenvolvimento de uma comunidade. O contexto histórico e as raízes da comunidade explicam o porquê daquele nível de desenvolvimento. Altos níveis de capital social indicam alto grau de desenvolvimento (PUTNAM, 1996).

2.2 Desenvolvimento

Assim como o capital social, o conceito de desenvolvimento considera aspectos muitas vezes intangíveis, como saúde, educação, segurança, mas que são de suma importância para se mensurar o grau de satisfação e bem estar das pessoas. Logo, o desenvolvimento enfoca o qualitativo com destaque no bem-estar físico, econômico, cultural e ético (TODARO, 1979).

2.2.1 Contextualização

A definição de desenvolvimento foi, por muito tempo, confundida com um processo de crescimento; esse processo se dando por uma elevação parcial nos níveis de bens e serviços que são produzidos por certa sociedade. Entretanto, alguns autores, como Milani (2005) e Franco (2004), consideram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não suficiente para definir ou dimensionar o nível de desenvolvimento, apesar de ser um indicador importante e necessário.

Tal é a cultura, ainda predominante, do desenvolvimento. Imaginamos que desenvolvimento é o resultado de crescimento econômico que se atinge em virtude de um dinamismo que se instala na sociedade quando cada indivíduo se lança na busca desenfreada pela satisfação de seus interesses materiais egoístas. (FRANCO, 2004, p. 2)

Um ponto chave que devemos atentar é que o desenvolvimento não pode ser examinado apenas através de indicadores como a taxa de crescimento. Ao contrário, deve-se levar em conta, mesmo que de forma não tão exata, que aspectos relacionados à qualidade de

vida devem ser contemplados para assim se perceber se este país, região ou comunidade realmente cresce e se desenvolve.

A partir dos anos 1990, o conhecimento sobre o desenvolvimento e a prática de projetos de desenvolvimento local passam por profunda transformação: o universalismo do desenvolvimento é seriamente questionado; é desafiada a imposição a realidades tão diversas (mormente nos países menos desenvolvidos) de normas e técnicas uniformes e universalizantes definidas sobretudo nas grandes capitais dos países ocidentais; fracassam os esforços teóricos de legitimar o desenvolvimento econômico independentemente de suas dimensões sociais e culturais. (MILANI, 2005, p.7-8)

Essas interpretações sobre o conceito de desenvolvimento predominaram até os anos 1990, quando o cenário começa a mudar e alguns conceitos acerca da definição sobre desenvolvimento começam a serem questionados. Esses questionamentos se deviam às disparidades entre os países e suas realidades e ao aumento da distância da desigualdade social e econômica entre países pobres e ricos.

As desigualdades sociais e econômicas ocupam definitivamente o centro das atenções das correntes dominantes da teoria do desenvolvimento e do discurso da cooperação internacional: no ano 2000, o relatório mundial do PNUD sobre o desenvolvimento humano salienta que a distância que separa a renda individual média dos habitantes mais pobres e dos mais ricos do planeta, que era de 1:30 em 1960, passa a 1:60 em 1990, e a 1:74 em 1999. (MILANI, 2005, p.8-9).

A criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e sua adoção pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é um marco histórico na análise sobre o desenvolvimento dos países.

O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. (PNUD, 2014)

“Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e

ampliar e fomentar o debate” (PNUD, 2014). Mesmo com sua metodologia questionada, a partir do relatório do PNUD de 1990 o IDH passa a ser medida universal do desenvolvimento com relevante significado a partir de então.

O desenvolvimento está ligado a uma herança cívica, citada por Putnam (1996), portanto, os aspectos culturais de uma comunidade são fatores tão importantes para o desenvolvimento de uma comunidade quanto os aspectos econômicos e sociais.

Franco (2004), considera que o método de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) não leva em conta uma série de atividades “socialmente produtivas” (como trabalho doméstico e o trabalho voluntário) e ambientalmente necessárias à sustentabilidade da sociedade humana (como a absorção dos custos da poluição e a reciclagem de efluentes). Essas atividades socialmente produtivas, a preocupação com o meio ambiente e uma série de indicadores são o que diferencia desenvolvimento de crescimento. Desenvolvimento leva em conta aspectos que não são indexados ao valor do PIB, como bem-estar, educação, saúde, níveis de violência e de emprego, e uma série de outros indicadores.

Em um contexto de desenvolvimento, uma forte estratégia considerada é a da participação da sociedade como figura principal no processo de melhoria e desenvolvimento de sua localidade.

2.2.2 Desenvolvimento Local

Para Santos (2005) o local é o território apropriado pelos atores sociais que o utilizam como base, suporte, para interagirem numa dinâmica político-econômica mais ampla. Ao tratarmos de desenvolvimento local estamos falando de ações humanas em uma localidade. Ele tem suas características próprias, promovido através da atuação de agentes locais nesse determinado lugar (MILANI, 2005).

Milani (2005, p. 1) afirma que:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005, p.1).

A peculiaridade de aspectos exige ações apropriadas para se solucionar problemas de ordem culturais, climáticas, políticas, sociais, ambientais, econômicos e desenvolver tal localidade, funcionando como uma estratégia alternativa em um cenário onde esses aspectos peculiares são valorizados.

As características peculiares de cada localidade trazem situações novas que exigem, além de competência e ações apropriadas, decisões e “respostas inéditas em relação à capacidade de proposição e de ação em todos os níveis” (FERRAZ, 2001, p.1), entre todos os atores que de alguma forma estão ligados a localidade, aproveitando a capacidade e os recursos locais disponíveis, em uma articulação “de dentro para fora”.

Conforme Franco (2004) não se deve enxergar o desenvolvimento de uma localidade somente através do acesso das pessoas à renda, mas também pela participação delas na tomada de decisões políticas da comunidade. No cenário do desenvolvimento local, os habitantes de uma comunidade posicionam-se como peças fundamentais na mobilização de recursos e na construção de projetos que serão usados como base para a gestão do desenvolvimento local.

As particularidades e peculiaridades de cada local necessitam de soluções também particulares e inovadoras por parte dos indivíduos e considerando que cada local possui suas próprias demandas, também precisa de respostas particulares em termos de políticas públicas e projetos de desenvolvimento. Neste cenário, onde os habitantes locais se portam como atores sociais, é possível perceber ainda como a confiança e a cooperação, que operam na evolução do capital social, são de suma importância no desenvolvimento local, mostrando que a evolução do capital social tem influência na promoção do desenvolvimento de uma localidade.

Desde a origem da utilização da expressão desenvolvimento local, a participação popular foi ao longo do tempo robustecendo a conceituação do termo. Demonstrando que o papel do protagonismo comunitário na promoção de ações sociais para o desenvolvimento local é de suma importância e substancia o seu conceito.

2.2.3 Protagonismo comunitário

O desenvolvimento local está diretamente ligado a questões e demandas situadas em determinado espaço geográfico. Além disso, para se compreender a dimensão do

desenvolvimento local é necessário se conhecer a realidade local, seus recursos e potencialidades humanas a fim de entender o processo de desenvolvimento (MILANI, 2005).

Como foi dito anteriormente, a capacidade dos indivíduos de se associar em prol de uma causa comum visando a melhoria da comunidade advém de um fortalecimento do senso de identidade local. Quando os interesses coletivos são mais importantes que interesses individuais e particulares, a capacidade de promoção das transformações sociais provenientes das demandas sociais, priorizando o bem-estar coletivo, é maior (FUKUYAMA, 1996). O sentimento de cidadania, característica de uma comunidade cívica, tem papel fundamental quando da participação popular, do interesse popular pelas causas públicas da comunidade e da relação de confiança e reciprocidade (PUTNAM, 1996).

Para Neumann (2004), o protagonista social é aquele que traz a responsabilidade pra si da ação transformadora da realidade da comunidade. E esse protagonismo é proveniente do associativismo dos atores sociais, no caso os habitantes da comunidade, criando redes de cooperação, baseadas na confiança e reciprocidade, com o intuito de promover o desenvolvimento local.

Segundo Jara (2001), outros mecanismos como a democratização do poder local, a criação de canais de participação e inclusão social na tomada de decisões e a organização da sociedade civil também geram desenvolvimento local.

Compartilhando dessa visão, Putnam (1996, p. 102) afirma que:

Na comunidade cívica, a cidadania implica direito e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações de verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes.

Para Sawaia (1996), comunidade protagonista representa a objetivação da sociedade democrática, plural e igualitária, revelando-se como dimensão temporal e espacial da cidadania.

Neste âmbito, o papel dos habitantes da comunidade no processo de desenvolvimento local é relacionado à mobilização de recursos e na gestão dos projetos desenvolvidos na comunidade. E esse papel é de fundamental importância, elevando ainda mais a relação da ideia de capital social, através da cooperação, com o desenvolvimento local, gerado

na consecução e execução dos projetos desenvolvidos e geridos pela comunidade provenientes das demandas locais.

3 A COMUNIDADE DA PRAINHA DO CANTO VERDE

A Prainha do Canto Verde, objeto desse estudo, será identificada através das suas características socioeconômicas, evolução histórica da organização da comunidade e da sua luta pela terra, e nas políticas voltadas para o desenvolvimento local, configurando um caso apropriado para se ilustrar os fundamentos teóricos dos capítulos anteriores.

3.1 Breve histórico

A Prainha do Canto Verde ocupa uma área de aproximadamente 750 hectares, no município de Beberibe, mais precisamente no distrito de Paripueira, ao qual pertence, distante 120 km da capital do estado do Ceará, Fortaleza. Com uma população composta por cerca de 200 famílias, com 1.200 habitantes, a Prainha do Canto Verde está localizada em uma faixa litorânea de elevado valor econômico para o Estado, onde estão localizados também os principais destinos turísticos do litoral cearense, como Porto das Dunas (Aquiraz), onde se localiza o Parque Aquático do Beach Park, Praia das Fontes, Morro Branco, também pertencente ao município de Beberibe, e Canoa Quebrada, no município de Aracati (ALMEIDA, 2002).



FIGURA 1 Indicações sobre o acesso à Prainha do Canto Verde

Fonte: www.prainhadocantoverde.org

Segundo relatos dos próprios habitantes, foi na metade do século XIX, com a chegada ao local da família do pescador Raimundo Canto Verde, após libertar-se da escravidão, que se registra o início de ocupação da área. E hoje os locais creem serem descendentes da família que deu nome ao lugar. Trata-se de uma comunidade que tem como principal atividade a pesca artesanal. A atividade pesqueira está associada a todos os hábitos e costumes das famílias dos pescadores (ALMEIDA, 2002).

A comunidade passou por problemas de várias ordens, como o ataque de um especulador imobiliário na década de 1970, quando, de forma irregular, chegou a ter direito sobre a posse de parte das terras onde hoje se situa a comunidade; e o desequilíbrio ambiental advindo do desrespeito, devido a falta de fiscalização, ao período do defeso por parte de barcos motorizados, gerando perdas a comunidade que tem na pesca sua atividade principal (GONDIM, 2007).

No quadro 2 abaixo, é apresentada a cronologia levantada por Gondim (2007), seguida das atualizações da história da Prainha do Canto Verde entre 1860 a 2010.

Quadro 2: Cronologia da história da Prainha do Canto Verde (1860 – 2010)

Ano	Acontecimento
1860 1870	<ul style="list-style-type: none"> • De acordo com relato oral dos moradores mais velhos, as primeiras pessoas chegaram à localidade procurando a sobrevivência na pesca. • Joaquim “Cabloco” Fernandes do Nascimento e Maria da Conceição “Filismina” chegam à localidade e constroem um barraco para morar.
1928	<ul style="list-style-type: none"> • É realizado o “Raid” da jangada Sete de Setembro até Pará (Belém). A primeira notícia documentada sobre a comunidade: Fortaleza, Jornal O Povo e Belém, Jornal do Norte (7 de setembro).
1974	<ul style="list-style-type: none"> • As fortes chuvas fazem transbordar a lagoa do Jardim na Prainha do Canto Verde, causando a destruição de várias casas de taipa. Inicia-se, então, a mudança da população para o Bairro Vermelho.
1976	<ul style="list-style-type: none"> • Começa o ataque do grileiro Antonio Sales Magalhães, levando ao usucapião e à venda das terras para a imobiliária Henrique Jorge.
1979	<ul style="list-style-type: none"> • O grileiro, Antonio Sales, entra com ação de usucapião na Comarca de Beberibe para regularizar 749,44 hectares de terra (26 de abril). • Os moradores somente tomam conhecimento do usucapião depois do prazo legal.
1980	<ul style="list-style-type: none"> • É fundada a Escola Bom Jesus dos Navegantes.
1981 - 1984	<ul style="list-style-type: none"> • As irmãs Vilani e Inês do Campestre da Penha articularam as primeiras reuniões sobre religião e educação na comunidade. • Os moradores entram em contato com CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, fundada pelo Cardeal D. Aloísio Lohscheider, e Caritas para ajudá-los na luta da terra.
1984	<ul style="list-style-type: none"> • Embora seja o imóvel usucapiado confinante como terreno da União Federal (terra da marinha), o juiz da Comarca de Beberibe julgou ação favorável ao Sr Antonio Sales Magalhães (24 de janeiro). • O CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos assumiu a defesa dos moradores ameaçados de expulsão.

1985	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do seminário Rural da Arquidiocese de Fortaleza (10 a 14 de setembro).
1987	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira visita de René Schärer, à Prainha do Canto Verde.
1988	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa imobiliária Henrique Jorge apresenta o projeto “Porto da Jangadas”, que dividia a Prainha do Canto Verde em 4.547 lotes, em uma área de 321 hectares.
1989	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da Associação dos Moradores com a ajuda do CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (16 de abril). • Advogados da CDPDH promovem competente ação rescisória nº 661/89 (3 de agosto).
1991	<ul style="list-style-type: none"> • Inicia apoio de empresários (amigos) suíços do Renée à comunidade (Amigos da Prainha do Canto Verde). • Começa Projeto de desenvolvimento comunitário desenvolvido pela Fundação dos Amigos da Prainha do Canto Verde (dezembro).
1992	<ul style="list-style-type: none"> • Chega e fixa moradia na Prainha do Canto Verde, René Scharer, ex-executivo da Swissair (maio). • Mais de 15 capangas chegam na escuridão da noite e derrubam o alicerce e paredes da creche em construção, queimando as madeiras para construção. O dono da Imobiliária cumpre a ameaça já prometida.
1993	<ul style="list-style-type: none"> • Foram cedidas bolsas de estudos do 2º grau, em Fortaleza, para 13 alunos pela Fundação de Amigos da Prainha do Canto Verde. • Inauguração do Entreposto de Pesca Comunitário (abril). • Inicia-se o primeiro experimento em educação a partir da estruturação da Creche infantil (Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes) • Acontece o S.O.S. Sobrevivência, viagem de protesto na jangada comunitária até o Rio de Janeiro contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio governamental. Participaram 4 pescadores e 2 mulheres da comunidade. Duração: 74 dias (4 de abril) • Criação do Conselho de Saúde Comunitário e início do Projeto de Mortalidade Infantil Zero. • Surge o Instituto Terramar, entidade sem fins lucrativos que tem como papel principal promover, organizar e incentivar o desenvolvimento integrado junto às populações costeiras cearenses, procurando a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento de sua autonomia. • Sua origem foi resultado do Protesto S.O.S. sobrevivência (14 de julho). • Começa, informalmente, a visita de turistas, hospedando se em casa de pescadores. Os primeiros turistas são amigos que apóiam os projetos desenvolvidos e pessoas ligadas a ONG’s. • Inicia-se a discussão sobre turismo na comunidade.
1994	<ul style="list-style-type: none"> • Nasce o Conselho de Educação. • Criação do Conselho da terra. • Criação do Conselho da pesca. • Aplicação de questionário sobre a importância e impactos do turismo, pelos alunos bolsistas, com moradores da Prainha do Canto Verde, Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes (julho).
1995	<ul style="list-style-type: none"> • Inicia-se o Projeto Criança construindo. Projeto de educação que visa à realização de um conjunto de ações para a promoção da melhoria da escola pública da comunidade. • A comunidade consegue a primeira concessão de terra da União na luta pela terra. A DPU – Delegacia do Patrimônio da União reconhece o direito do pescador Manoel Turico de construir sua casa de alvenaria a 60 m da praia (15 de fevereiro). • No aniversário do movimento SOS Sobrevivência, mais de 500 pescadores e mulheres fazem um protesto na frente da sede do Governo de Estado do Ceará, pedindo providências no combate à pesca predatória. Assim nasce o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste contra a pesca predatória (04 de abril). • Capangas utilizam de violência destruindo alicerces de casa, colocando fogo em barracas de 2 famílias (25 de maio). • O ataque vira manchete de jornal e a Polícia Federal abre inquérito contra o Sr. Henrique Jorge. • Realização do Encontro do Fórum do Litoral e Fórum de Pescadores do Litoral Leste. • Movimento social de luta pela participação dos pescadores no ordenamento da pesca, • Desenvolvimento do turismo e do gerenciamento costeiro. Num mutirão de 72 horas, muitos voluntários ajudam na construção das duas casas que o ataque da Imobiliária quis evitar. (14 a 16 de julho). • Mortalidade infantil zero: desde 1995 a comunidade apresenta índices baixíssimos de mortalidade infantil. • Criação de grupo de trabalho para estudar e debater diferentes propostas para o desenvolvimento do turismo, e que resultou da primeira proposta de um projeto de turismo comunitário do Ceará.

	<ul style="list-style-type: none"> • Começam as reuniões do grupo de trabalho para criação do regulamento da terra.
1996	<ul style="list-style-type: none"> • Surge o primeiro regulamento da pesca. • A Assembléia Geral da Associação dos Moradores aprova o regulamento sobre o Uso e Ocupação da Terra proposta pelo grupo de trabalho (Abril 1996).
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Conselho de Turismo. • Elaboração da Missão do Projeto de turismo da Prainha do Canto Verde. • René Schärer recebe o “Prêmio Criança 1997” da Fundação Abrinq em São Paulo, em mérito ao trabalho em defesa dos direitos da criança (Educação e Saúde).
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do Seminário de Eco-turismo Comunitário (29 e 30 de outubro). • Chega energia elétrica na Prainha através de um projeto da Associação dos Moradores/Governo do Estado/Banco Mundial (Projeto São José).
1999	<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Henrique Jorge entra em acordo com as famílias prejudicadas com o ataque de 1995, pagando os danos materiais (junho). • Realização do primeiro curso de liderança do litoral leste.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Recebimento do prêmio TODO!99 pelo projeto de Turismo socialmente responsável durante a Feira Internacional de Turismo em Berlim (março). • Sr. Henrique Jorge volta à comunidade, contrata trabalhadores para plantar salsa e fixar as dunas, mas os ventos, as dunas móveis e a natureza não deixam (abril). • A Câmara Municipal de Beberibe aprova a nova Lei Municipal sobre uso e ocupação de solo (outubro). • Amigos da Prainha do Canto Verde (Associação filantrópica de apoio financeiro aos projetos da Prainha) é oficialmente constituída (outubro). • A imobiliária mais uma vez impede a construção da moradia de um nativo e começa a cercar a área. Os moradores procuram proteção na justiça (novembro). • Recebimento do Prêmio TOURA D’OR 2000 (Concurso que promove filmes de turismo socialmente responsável) para o melhor filme documentário sobre turismo comunitário. Filme realizado por uma produtora suíça. • Realização do segundo curso de liderança do litoral leste do Ceará. • Realização de uma série de cursos de capacitação da Incubadora de Cooperativas Populares da UFC – Universidade Federal do Ceará, sobre Associativismo /Cooperativismo.
2001	<ul style="list-style-type: none"> • A comunidade está cercada e é intimidada pelos capangas de Henrique Jorge. Os moradores entram com mais uma causa na justiça (janeiro). • Chega a estrada de asfalto por conta do projeto FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo do Governo Federal). • O Conselho de Turismo inicia o processo de transformação em cooperativa (COOPECANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato) (janeiro). • Um mutirão de mulheres, homens, crianças e adolescentes da Prainha e de comunidades vizinhas derrubam a cerca construída pela imobiliária (fevereiro). • Oito desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará, em unanimidade, condenam a • Compra da terra como puro ato de grilagem, depuradora e imoral. Concede vitória à população. • O juiz estadual não tinha competência para julgar usucapião que envolve terra da União (30 de abril). • Inicia-se o projeto de turismo comunitário em Ponta Grossa (Icapui) com apoio financeiro dos Amigos da Prainha do Canto Verde (setembro). • Os réus entram com embargo declaratório contra a sentença (31 de agosto). • Por ordem judicial a imobiliária fica proibida de mexer em qualquer estaca, cerca ou construção na área de conflito (dezembro). • A comunidade solicita ao CNPT-IBAMA a criação de uma Reserva Extrativista Marinha, para melhorar a gestão da pesca e em defesa contra a pesca predatória (setembro). • Realização do terceiro curso de liderança do litoral leste do Ceará.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Desembargadores rejeitam os argumentos dos advogados dos réus sobre falhas processuais no julgamento da ação rescisória (1 de fevereiro). • Os réus recorrem em última instância ao Tribunal Superior Federal em Brasília (25 de fevereiro). • É criada a Escola dos Povos do Mar, para trabalhar conteúdos relativos à pesca e assuntos diversos em que o calendário combinasse com a atividade pesqueira. • Início da discussão sobre Turismo Comunitário em Tatajuba e Balbino. • René Schärer ganha o 1o lugar no Concurso de Estudos de Caso sobre Turismo Sustentável oferecido pelo SENAC.

2003	<ul style="list-style-type: none"> • Realização, na Prainha do Canto Verde, de oficinas preparatórias para o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável: Turismo Comunitário no Interior do Município de Beberibe, Ceará e Oficina para Comunidade com Ecoturismo na América Latina (6 a 11 de maio). • Realização do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável em Fortaleza • Realização da UECE-NETUR, Instituto Terramar e CEFET / Patrocínio: Fundação Suíça para Solidariedade do Turismo, Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (12 a 15 de maio). • Reunião para eleição da nova diretoria da COOPECANTUR (28 de julho). • Realização do Seminário Planejamento até 2007. Reunião para revisão do Projeto Turístico Comunitário (21 a 23 de agosto). • Novo conflito: capangas derrubam cerca de vazantes na Prainha do Canto Verde (21 de agosto). • Moradores e participantes do Seminário de Planejamento levantam a cerca da vazante derrubada há dois dias (23 agosto). • O Projeto de Turismo ganha mais um prêmio - Turismo para o Futuro da British Airways (British Airways Tourism for Tomorrow Awards). • O processo RESP 589970 é registrado no STJ e designa o Ministro Antônio Pádua de Riberio como relator do processo (22 outubro) e vai para o Ministério Público Federal para emissão de parecer (21 novembro).
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Ely Fernandes de Lima representa a comunidade no debate sobre Turismo Comunitário no Fórum Social Mundial em Mumbai, Índia (janeiro). • A comunidade continua aguardando a decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre a questão da posse da terra.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Estaleiro-escola: construção dos catamarãs. • Telecentro Canto Verde Digital – um espaço ligado à Escola para o ensino de informática e para o acesso à Internet, aberto à comunidade .
2006	<ul style="list-style-type: none"> • O Superior Tribunal de Justiça decidiu que os moradores da Prainha do Canto Verde possuem o direito definitivo de continuar morando no local. O julgamento foi a última instância da briga judicial entre as duas partes, não cabendo mais recursos • INCRA e IBAMA iniciam processos para o estabelecimento da Reserva Extrativista Marinha e Terrestre;
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da consulta pública sobre a Reserva Extrativista Marinha e Terrestre com a presença da maioria dos moradores da Prainha. • Encaminhamento do resultado da consulta para Brasília.
2009	<ul style="list-style-type: none"> • O então presidente Lula assina, em junho, o decreto criando a Resex da Prainha do Canto Verde • Em agosto, é constituída a AIMPCVA (Associação Independente de Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências), composta por dissidentes da Associação de Moradores.
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Em dezembro, é Instituto Chico Mendes de Conservação Da Biodiversidade cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, incluindo a AIMPCVA como uma das instituições representantes.

Fonte: Gondim (2007) – atualizado pelo autor.

3.2 A luta pela terra

Como foi dito na subseção anterior, a comunidade da Prainha do Canto Verde teve suas terras invadidas por um especulador imobiliário, Antônio Sales Magalhães, nos começo dos anos 1970. Este especulador foi até a comarca do município de Beberibe, a qual a comunidade é vinculada, e registrou, como sendo de sua posse, uma área terrena de aproximadamente 749 hectares e parte da faixa litorânea exatamente onde a comunidade se encontra situada. A luta no campo jurídico pelo espaço entre os habitantes e o especulador teve

início no final da década de 1970, mais precisamente em 1979. Já em 1984, a quebra de braço foi vencida pelo especulador em decisão de usucapião proferida em seu favor, e em seguida ele vendeu as terras conquistadas para a imobiliária Henrique Jorge. A partir daí a comunidade, já centenária, resolveu se mobilizar, se organizar para combater tal decisão. A comunidade contou com o apoio fundamental do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza, sob a batuta do Cardeal Aloísio Lorscheider, através da atuação de seus advogados no caso (GONDIM, 2007).

Essa organização se deu de várias formas e gerou várias ações de mobilização comunitária. Para bater de frente com a especulação imobiliária, os moradores resolveram, através de uma reflexão coletiva na própria comunidade, estipular a regra: casas só poderiam ser vendidas para locais, com seu terreno medindo no máximo 300 m² (CAVALCANTE, 2006).

E essa mobilização deu resultado. Na metade do ano 2000, graças à insistência dos advogados do CDPDH e da comunidade, que não desistiram do caso e seguiram impetrando recursos, a decisão da justiça dessa vez foi em favor da comunidade, despachando que o especulador havia feito uma ação de grilagem³ e não uma compra regular de posse da terra. Já em 2006 a posse foi em definitivo para os moradores da Prainha do Canto Verde em decisão proferida pelo STF (Supremo Tribunal Federal) já em última instância, sem a possibilidade de recurso. (CAVALCANTE, 2006).

Nesse contexto de organização, em 1989 foi constituída a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, com a função de porta-voz na representação dos interesses da comunidade.

3.3 Organização da comunidade

³A venda ilegal de terrenos que pertencem ao poder público ou de propriedade particular com falsificação de documentos de propriedade da área é a chamada GRILAGEM DE TERRA. Segundo o artigo 50 da Lei nº 6.766/1979, o cidadão que for flagrado exercendo essa prática poderá ter punição prisão e pagamento de multa. A grilagem de terra está associada à especulação imobiliária, venda de madeiras e lavagem de dinheiro. Ao comprar um lote o cidadão deve procurar informações na Administração Regional, além do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM). É igualmente imprescindível buscar informações no cartório de imóveis da Região Administrativa. Deve-se pedir a certidão de ônus, que constará a matrícula do imóvel. Se o cartório não possuir a referida matrícula, trata-se de um lote ou edificação irregular. Disponível em <<http://www.seops.df.gov.br/frentes-de-fiscalizacao/2012-08-21-17-01-06/grilagem-de-terra.html>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

Segundo Mendonça (2004), vários eventos podem comprovar a organização da comunidade. Um marco histórico na história da comunidade ocorreu em 1993, quando, em sinal de protesto, 4 pescadores, a bordo de uma jangada comunitária, realizaram uma viagem, batizada de S.O.S. Sobrevivência, até o Rio de Janeiro contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio governamental. A intenção era “chamar a atenção da sociedade civil, da imprensa e dos governos sobre as ações da pesca predatória da lagosta, da especulação imobiliária e do turismo predatório” (MENDONÇA, 2004, p. 83). Outros eventos que comprovam a existência de organização na comunidade são o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste do Estado do Ceará e o I Encontro do Fórum do Litoral, ambos ocorridos em 1995 (GONDIM, 2007).

Para Almeida (2002), um aspecto que reforça a participação popular na comunidade são as manifestações culturais. Essas manifestações mostram os retratos da vida na comunidade, pois apresentam a pesca artesanal, a culinária, o artesanato, nas festas tradicionais na localidade. As festas mais tradicionais realizadas pela comunidade são a Festa de São Pedro, que é o padroeiro dos pescadores, e a Semana Santa (MENDONÇA, 2004).

Fazendo parte do calendário de atividades da comunidade estão as regatas ecológicas, que são de suma importância, pois movimentam a economia local. Os moradores podem montar suas “barracas” de venda de produtos locais e gerar uma renda extra, com o aumento do fluxo turístico na localidade devido a realização dessas atividades e festas.

Com a realização desses eventos, a mobilização dos moradores é resultado de sua participação no “trabalho comunitário, estimulando o espírito de grupo e oferecendo ferramentas para o trabalho em equipe” (MENDONÇA, 2004).

Criada em 1989, a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, em termos de representatividade, reflete a estrutura político-administrativa da comunidade, tendo os conselhos, organizações sociais e grupos de trabalho como instâncias operacionais. Ela articulou e geriu desde o princípio todas as ações de combate a pesca predatória e aos ataques dos especuladores imobiliários. Sempre com a participação da COOPECANTUR. E essa relação constrói um cenário favorável ao desenvolvimento da comunidade. Nada disso teria sucesso sem o auxílio e sem a orientação de órgãos não governamentais. A atuação das ONG's foi fundamental nesse processo de desenvolvimento da comunidade no sentido de “assessorar”

a Associação de Moradores a buscar financiamento para seus projetos, a obter rendas complementares às suas atividades econômicas principais (PONTES, 2004).

Nessa busca pelo desenvolvimento da comunidade, cabe ressaltar o importante papel das associações e organizações não governamentais (ONG's) como a Arquidiocese de Fortaleza, via o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, com papel fundamental na criação da Associação de Moradores e na luta e conquista da questão latifundiária experimentada pela comunidade, através da atuação de seus advogados; a Cooperativa de Turismo da Prainha do Verde (COOPECANTUR); o Instituto Terramar, uma organização não governamental com sede em Fortaleza, que dá apoio logístico aos pescadores; e a instituição denominada Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, composta por alemães e suíços que ajudam no planejamento estratégico, na comunicação e divulgação das ações turísticas sustentáveis, assim como na captação de recursos financeiros externos (GONDIM, 2007; SCHÄRER, 2005).

Com atuação conjunta nas atividades das ONG's, os conselhos comunitários também foram fundamentais para o desenvolvimento da comunidade. Os conselhos surgiram para cuidar mais especificamente das demandas da comunidade e elevar o nível das discussões nos encontros da Associação de Moradores (MENDONÇA, 2004). Os componentes da Associação se dividiram por tema, e passaram a desenvolver projetos em áreas estratégicas da comunidade como saúde, educação e pesca, os quais foram notadamente reconhecidos através de premiações e trouxeram melhorias para a Prainha (MENDONÇA, 2004; ALMEIDA, 2002).

Em 1993, o Conselho de Saúde começa a atuar na comunidade através do projeto Mortalidade Infantil Zero, que obteve sucesso na redução dos índices de mortalidade infantil na comunidade. Existe um posto de saúde na comunidade, com auxiliares de enfermagem, funcionando durante a semana com a realização de pequenas intervenções médicas e encaminhando os indivíduos que necessitem de consultas médicas ou dentárias para Pajuru, um distrito próximo da Prainha (MENDONÇA, 2004).

Com atividade mais firme, o Conselho de Educação iniciou sua atuação em 1994, através do projeto "Criança Construir". Este projeto foi financiado pela ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) tendo entre suas propostas: melhorar o sistema educacional da comunidade via qualificação dos profissionais de educação, valorização da cultura e inserção do contexto da comunidade na proposta curricular (MENDONÇA, 2004).

Com menor expressão, mas não menos importantes, existem mais dois conselhos: Pesca e Terra. Como a atividade pesqueira está associada a todos os hábitos e costumes das famílias dos pescadores (ALMEIDA, 2002), e a questão da terra é intrínseca a todos os moradores, a Associação dos Moradores acaba tomando a frente sobre esses assuntos. Antes da criação do Conselho da Pesca, foi inaugurado o Entrepasto de Pesca Comunitário, em 1993, com a função de ser um depósito, onde os pescadores poderiam armazenar seus estoques a um preço justo, diferente do praticado pelos atravessadores⁴. A criação do entreposto acabou forçando os atravessadores a comprarem o estoque dos pescadores por preços maiores, praticando o valor de mercado.

O último conselho formado foi a Cooperativa de Turismo e Artesanato (COOPECANTUR), com a função de organizar as atividades locais relacionadas ao turismo entre todos os moradores, atuando diretamente na comunidade, dentro de uma cooperatividade sistêmica do tipo bipartite, existem duas instituições, o Instituto Terramar e a Fundação Amigos do Canto Verde que ajudam na atração dos investimentos para o desenvolvimento local (GONDIM, 2007).

No final de 2006, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estiveram na comunidade da Prainha para realizar demarcação da área da RESEX. No início do ano seguinte, foi feita uma consulta pública entre os moradores para decidirem pela aprovação da reserva (GONDIM, 2007).

Em 2009, o quadro começa a mudar e a unidade de organização da comunidade sofre alterações. Através de decreto presidencial em junho deste ano, assinado pelo então presidente Lula, foi criada a RESEX⁵ (Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde). Em um primeiro momento, todos os moradores da comunidade se demonstraram favoráveis a

⁴ Indivíduos que servem de intermediário na distribuição de produto, comprando do produtor para revender ao comerciante, operando com grande margem de lucro, onerando a mercadoria e encarecendo-a para o consumidor. Disponível em <<http://aulete.uol.com.br/atravessador>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

⁵ Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, criada no Município de Beberibe, no Estado do Ceará, com uma área aproximada de vinte e nove mil, setecentos e noventa e quatro hectares e quarenta e quatro ares com o objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade da Prainha do Canto Verde, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12059.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

instalação da RESEX. Porém, em agosto de 2009, um grupo dissidente composto por moradores insatisfeitos com as condições da RESEX, resolveu criar a AIMPCVA (Associação Independente de Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências) alegando que eles eram favoráveis a Reserva Extrativista Marinha, ou seja, controle marinho da pesca predatória, e não da Reserva Extrativista Continental, que envolve também a faixa terrestre. Os membros da AIMPCVA se queixam de que ficaram impedidos de construir pequenas casas, reformá-las ou sequer vendê-las. (ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DOS MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE, 2014).

Em 2010, através de portaria, o presidente do ICMCBIO cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, e inclui a AIMPCVA como uma das instituições representantes do Conselho.

3.4 Capital Social na Prainha do Canto Verde

Desde o início da ocupação por parte dos moradores da Prainha do Canto Verde o capital social começou a se desenvolver no local. À base de cooperação, os moradores construíram suas casas, se estabeleceram e começaram a moldar a comunidade. Com o apoio das instituições supramencionadas no contexto de luta pela terra, os moradores se uniram em torno de uma causa comum a todos da comunidade.

A confiança e a democracia na representatividade atraíram e mobilizaram todos. A partir dessa mobilização nasceu a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde com o intuito de organizar e inserir os moradores nas discussões pertinentes à comunidade. Depois vieram os conselhos comunitários, grupos de trabalho e sociais e organizações sociais como escola, posto de saúde, cooperativa do turismo, entre outros (GONDIM, 2007).

Porém, além da luta pela terra por parte dos habitantes da Prainha vemos que a associação dos moradores, em prol de um interesse comum, gerou também a consecução de vários projetos que trouxeram desenvolvimento para a comunidade.

A proposição e desenvolvimento desses vários projetos foram de suma importância para a melhoria do bem-estar da comunidade. Os projetos contemplam as áreas: Saúde, com a preocupação do neonatal; Educação, com a criação e instalação da Escola dos Povos do

Mar/Escola de Pesca; Meio Ambiente, com a luta pela questão ambiental para controle do mar; Turismo, com o desenvolvimento do turismo comunitário (GONDIM, 2007).

Todas as ações no sentido de articulação acerca das questões que permeiam a comunidade são executadas pelos membros da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde e pela Cooperativa de Turismo da Prainha do Canto Verde (COOPECANTUR), criando assim um cenário favorável ao desenvolvimento local (SCHÄRER, 2005; GONDIM, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o papel do capital social no desenvolvimento da Prainha do Canto Verde, no Ceará. Para isso, inicialmente foi feita uma revisão de literatura sobre capital social, a partir das formulações de autores como Putnam, Coleman e Bourdier, mostrando a questão da cooperação e da confiança como fatores importantes e fundamentais para o desenvolvimento local.

A partir da revisão de literatura sobre desenvolvimento local, envolvendo aspectos culturais, climáticos, políticos, sociais, ambientais, ficou claro que o desenvolvimento da Prainha do Canto Verde resulta dos aparelhos de associação, estratégias de cooperação e articulação entre governo, instituições, organismos multilaterais (ONG's) e a comunidade. Outro aspecto abordado foi a questão do protagonismo comunitário, que no caso da Prainha do Canto Verde, se manifestou através da criação da Associação de Moradores que teve o papel de chamar para si a responsabilidade da ação transformadora da realidade da comunidade.

O estudo de caso da Prainha do Canto Verde mostrou que a luta com o latifúndio que foi o estopim para despertar na comunidade o sentimento de cooperação e confiança mútua para resolver a questão. Cooperação e confiança que são peças-chave do conceito de capital social e que levaram a comunidade a não só solucionar o problema das terras como também a desenvolver projetos que trouxeram desenvolvimento para a localidade.

Na análise desenvolvida, constatou-se que houve uma melhoria nas condições de vida dos moradores da Prainha do Canto Verde depois que eles se associaram e formataram projetos voltados para uma convivência cívica melhor, colocando os interesses coletivos acima dos interesses individuais, na base da confiança e da cooperação, desenvolvendo assim a comunidade. Ou seja, a evolução de capital social contribuiu para o desenvolvimento local.

Entretanto, a pesquisa de campo empreendida para esse estudo mostrou que a partir da criação da RESEX, houve uma diminuição do estoque de capital social presente na comunidade, uma vez que uma parte dos moradores, que não concordava com a criação da reserva extrativista e seus desdobramentos, resolveu criar uma associação independente. Esse fato mostra que a confiança existente na Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde foi abalada e que a comunidade a partir de então se fracionou, criando duas frentes de luta com

interesses diferentes. Isso pode comprometer a continuidade do desenvolvimento da localidade no futuro, já que vem havendo uma quebra de braço entre as associações.

A prainha do Canto Verde passou por várias transformações desde 2009 e vive um novo momento. Sugere-se que o estudo sirva de base comparativa para futuros trabalhos. A experiência da Prainha do Canto Verde é muito rica e cheia de aspectos peculiares, o que permite um aprofundamento em vários temas pertinentes ao capital social e desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

ALMEIDA, H. L. de P. e S. de. **Indicadores de qualidade de vida instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE**. 2002. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Prodema, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1612>. Acesso em: 04 nov. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE, site corporativo. Disponível em <<http://http://www.prainhadocantoverde.org/>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DOS MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE, site corporativo. Disponível em <<http://http://www.prainhadocantoverde.com/>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BOURDIEU, P. **Le Capital Social**. Actes de La Recherche 3, 1980.

CAVALCANTE, M. Moradores ganham direito de permanecer na terra. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 16 mar. 2006. Ceará.

COLEMAN, J. **The Foundations of Social Theory**. Harvard University Press, Cambridge, 1990.

EVANS, P. **Government Action, Social Capital and Development: Reviewing on Sinergy**. World Development, 1996.

FERRAZ, S. F. de S. Competências profissionais, mercado de trabalho e desenvolvimento local. In: **Anais ENANPAD**, Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 25. Campinas, 2001. **Anais...** Campinas, ANPAD, 2001,.

FRANCO, A. de. **Capital social e desenvolvimento local**. Empreende, 2004. Disponível em: <[http://empreende.org.br/pdf/capital social e cidadania/capital social e desenvolvimento local.pdf](http://empreende.org.br/pdf/capital_social_e_cidadania/capital_social_e_desenvolvimento_local.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2013.

FUKUYAMA, F. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GONDIM, R. V. **O protagonismo comunitário dos moradores da Prainha do Canto Verde na mobilização do Capital Social para o Desenvolvimento Local: Evidências empíricas e imaginéticas**. Dissertação de mestrado em Administração – Centro de Estudos Sociais Aplicados - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

INSTITUTO CHICO MENDES, site corporativo. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

MEDONÇA, T. C. de M. **Turismo e participação comunitária: ‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’** 2004. 192. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, 2004.

MILANI, C. R. S. (2005). **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/173202-CAPITAL-SOCIAL/>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista da Anpec**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.1-21, 2008.

NEUMANN, L. T. V.; NEUMANN, R. A. **Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD**. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento Social, 2004.

PROGRAMA PARA AS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), site corporativo. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Default.aspx>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

PONTES, E. S. **Análise das paisagens litorâneas como ferramenta para o turismo sustentável**: o caso da Prainha do Canto Verde-Ce. 2004. Dissertação de Mestrado em Geografia – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: **Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SCHÄRER, R. (2005, dezembro). **Não só deu o peixe como ensinou a pescar**. Revista Entrevista. 15 ed. Fortaleza, 32–49. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000330929c15b4b9b9bd9>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TODARO, M. **Introdução à economia**: uma visão para o terceiro mundo. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

ANEXOS



Entrada da Comunidade



Sede da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências



Centro de Artesanato



Sede da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde



Centro Comunitário da Prainha do Canto Verde



Construção em forma de jangada



Comunidade da Prainha do Canto Verde

Imagens interessantes capturadas na comunidade



***Dia da
conscientização de lixo na
comunidade***

*Os alunos do curso de turismo e aventura
convida a todos os moradores da Praia da
canto verde a se fazer presente a um dia de
discussão sobre o lixo da comunidade que se
realizará no dia 19 de maio de*

2014. *(segunda feira as 13:00h
as 17:00h) na ocasião haverá uma
palestra de conscientização, oficina de
material recicláveis e muito mais.*

**PARTICIPE SUA PRESENÇA É
MUITO IMPORTANTE!**

TORNEIO DE FUTEBOL DE AREIA REALIZADA

DESCRIÇÃO	ENTRADA	SAÍDA	
BINGO	R\$ 124,00		
INSCRIÇÃO DO TORNEIO	R\$ 300,00		
BEBIDAS	R\$ 42,00		
PINTURA DAS TRAVES E LIMPEZA		R\$ 40,00	
CONBUSTIVEL		R\$ 10,00	
TELEFONE		R\$ 15,00	
PREMIAÇÃO		R\$ 250,00	
JUIZ		R\$ 70,00	
CARTELE DO BINGO		R\$ 4,00	
TOTAL	R\$ 466,00	R\$ 393,00	SALDO R\$ 73,00
			GALINHA E REFRIGERANTE FOI DOAÇÃO

O OBJETIVO ALÉM DE TERMOS SALDO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS JOVEM E O ABAIXO ASSINADO PARA A PREFEITA, JÁ TERMOS 206 NOMES.





6

⁶Todas as fotos foram tiradas pelo autor.